

CIDADES PLANEJADAS DO CERRADO: ANÁLISE DO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO DE GOIÂNIA E PALMAS ENTRE 2000 A 2015.

GABRIEL RAMOS PAIVA¹

Resumo: O Cerrado apresenta uma importância relevante, seja por suas características ambientais, ou pelas características socioeconômicas, oriundas do seu uso. O desenvolvimento urbano no cerrado tem certas disparidades com as demais cidades do Brasil, isso é devido às cidades planejadas que foram construídas na região do cerrado no século XX, são elas Goiânia, Brasília e Palmas. Analisando Goiânia e Palmas, o presente trabalho abordou alguns dados socioeconômicos secundários, entre os anos 2000 e 2015, com o objetivo de entender como foi o desenvolvimento das duas cidades, na última década, e observar o potencial de crescimento das mesmas.

Palavras-chave: Cerrado; Goiânia; Palmas.

Abstract: The "Cerrado" presents a relevant importance as for his environmental characteristics as for the socioeconomic coming for its use. The urbane development in the "Cerrado" has certain disparities with the other cities of Brazil. This is because to the planned cities built in the Cerrado region in the century XX, they are Goiânia, Brasilia and Palmas. This work will analyse Goiânia e Palmas discussing about some socioeconomic data secondary between 2000 to 2015, with the purpose to understanding how was the development of two cities in the last decade and to detect the potential of growth the both.

Key-words: Cerrado; Goiânia; Palmas.

Introdução

O cerrado é caracterizado pelas árvores baixas e retorcidas, e abrange várias regiões do Brasil. Segundo Abramovay (1999, p.2), o Cerrado é segundo maior bioma brasileiro, após a Amazônia e concentra cerca de um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna

¹ - *Mestre em Geografia pelo *Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA da Universidade Federal de Goiás – UFG; Professor da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás– SEDUCE - GO. E-mail de contato: gabrielramospaiva@gmail.com

mundiais. Sobre a flora dos cerrados, é considerado que o Cerrado possui a mais rica entre as savanas do mundo.

Os Cerrados ocupam um quarto do território brasileiro, num total superior a 200 milhões de hectares. Deste total, 155 milhões de hectares estão no Planalto Central e 38,8 milhões de hectares no Nordeste, dos quais a maior parte (30,3 milhões de hectares) na região Meio-Norte: 43,3% da superfície do Maranhão são compostas de Cerrados e 64,7% da do Piauí. Existem áreas de Cerrados ainda em Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, bem como em São Paulo. (ABRAMOVAY, 1999).

O Cerrado possui grande importância também, no mantimento dos recursos hídricos nacionais, a esse respeito, Abramovary (1999, p. 3) apresenta que, a água acumulada nos lençóis freáticos dos Cerrados do Centro-Oeste abastece nascentes que dão origem a seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileira, o excesso são para as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudeste. Além disso, a região central do Brasil distribui as águas das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata, e sua abundância hídrica é importante na vegetação.

No que se refere ao uso e ocupação do solo, Abramovary (1999, p. 6) aponta como ocorre o vasto uso dos solos do Cerrado, dos 200 milhões de hectares de que se compõem os Cerrados brasileiros, 35 milhões são pastagens cultivadas, 10 milhões voltam-se às culturais anuais e dois milhões correspondem a culturas perenes e florestais. Os Cerrados respondem hoje por 30% das principais lavouras, além de abrigar 40% do rebanho bovino e 20% do rebanho suíno nacional. Apenas 7% dos Cerrados ainda não foram submetidos a algum tipo de exploração intensiva ou extensiva.

O Cerrado apresenta uma importância relevante, seja por suas características ambientais, ou pelas características econômicas, oriundas do seu uso. Dentre os vários usos citados anteriormente, o desenvolvimento urbano no cerrado é um ambiente de análise diferenciada, devido às cidades planejadas que foram construídas no cerrado, são elas Goiânia, Brasília e Palmas.

O foco do presente artigo é discorrer sobre o desenvolvimento populacional e econômico entre os anos 2000 e 2015, das cidades de Goiânia e Palmas, tendo como base os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A relevância dessas análise comparativa, decorre de uma curiosidade em observar qual cidade planejada do Cerrado apresentou maior desenvolvimento na última década, seja ele social ou econômico, e entender os fatores que promoveram esse desenvolvimento.

O processo de metropolização brasileira e o desenvolvimento de Goiânia e Palmas

O processo de metropolização, já era possível observar em Londres nas primeiras décadas do século XX, em que a partir da intensa ocupação do centro urbano se iniciou políticas habitacionais que direcionava a classe operária à periferia londrina, ou mesmo fora dos limites do condado.

As relações capitalistas dirigem o processo de produção e organização espacial, como apresenta Villaça (2012) que distingue as especificidades da renda da terra no início do desenvolvimento das atividades capitalistas até o momento atual, (Corrêa 2011) que aborda a terra urbana como elemento de disputa de diferentes agentes sociais e (Carlos 2011) que tratam o espaço urbano como mercadoria, (Souza 2004) aponta argumentos que definem a necessidade de entender o urbano para além de uma visão marxista, sendo assim, o espaço urbano deve ser compreendido além de aspectos somente econômicos, as relações sócio espaciais, possui influencia no entendimento do urbano deve ser concebido como um modo de vida.

O espaço urbano se desenvolve como o centro de controle territorial, isso ocorre a partir das centralizações das estruturas e funções. Lefebvre (2009) descreve as características da cidade centralizadora, a cidade produz trabalho, renda e paradigmas para o desenvolvimento.

A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (Lefebvre 2009, p. 109).

No processo de urbanização, os agentes econômicos possuem influencia direta na concentração populacional, que são atraídas pelas ofertas de trabalho e serviços. Tal característica se assemelha ao processo de metropolização, onde os serviços e equipamentos localizados na metrópole ultrapassam os limites municipais, o que gera uma interferência na organização regional. Assim o Estado se apresenta como principal alarife do espaço urbano e metropolitano, pois são comuns suas políticas publicas e estratégias governamentais, influenciarem o desenvolvimento e expansão da metrópole e região. A metropolização é entendida como um processo que:

Consiste em um processo de integração de território a partir da cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilham funções de interesse comum. A metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade – ampliada ou em ampliação – que pode comandar território maior que o da cidade-núcleo e desempenhar papéis de comando e de poder importantes no ordenamento regional e no território nacional (BRASIL 2011, p. 3).

O processo de metropolização no Brasil do ponto de vista normativo tem registros desde 1973, entre as décadas de 1950 e 1970, as ações migratórias influenciaram o processo de urbanização e metropolização. Segundo Diniz (2001):

Os movimentos migratórios e de urbanização confirmam as tendências regionais da economia. Amplia-se o grau de urbanização e a rede de cidades da Região Centro-Sul. Crescem também as cidades médias das regiões agrícolas dinâmicas e da fronteira. Na Região Nordeste crescem as grandes metrópoles e demais capitais, mas é fraco o crescimento das cidades médias, indicando a pequena integração interna da economia regional (Diniz 2001, p. 12).

As metrópoles são espaços caracterizados pela concentração de serviços, estruturas e população. Santos (2009) descreve as dinâmicas espaciais nas metrópoles localizadas em países subdesenvolvidos, analisou que as multiplicidades econômicas encontradas nesses ambientes, possui variações desde a centralização de serviços, à distinção dos proventos populacionais.

Segundo Ribeiro (2004) o processo de metropolização brasileiro, juntamente com o processo de regionalização, pode ser definido a partir de dois aspectos. Primeiramente à regionalização, que é conduzida pelos planejamentos, muitas vezes arquitetados pelo Estado. Outro processo se refere às ações dos agentes hegemônicos.

O Estado como gerador da metropolização, se destaca quando se refere às valorizações fundiárias do núcleo metropolitano, isso associado à oferta de serviços e emprego, gera uma polarização populacional, nesses ambientes, que por sua vez, em decorrência dos valores de se habitar nesse espaço, se deslocam para os municípios das franjas da metrópole, pois com o fácil acesso ao núcleo metropolitano, eles se instalam.

Com a concentração populacional surgem demandas impares, a exemplo da implantação de transportes urbanos, que possibilita o desenvolvimento de fluxos intrametropolitano. O Estado na produção do espaço metropolitano se apresenta como agente organizacional, que a partir de modelos institucionais de gestão, permitem a terceirização de serviços, como o do transporte coletivo, estabelecimentos de saúde, entre outros. A terceira

entre o estado e os municípios componentes de Regiões Metropolitanas acontece por meio de mediação de entidades autárquicas, que são fundamentadas perante leis complementares.

Segundo Arrais (2013) a implantação de Goiânia vai além das questões institucionais, ele aponta que:

A mudança da capital respondeu a três demandas: como estratégia geopolítica de transferência e consolidação do poder representado pela figura de Pedro Ludovico Teixeira, como suporte urbano de uma frente de expansão rural, e como recurso simbólico representativo de um Brasil integrado, preocupado com o interior. A nova capital marcou a redenção de um projeto regional - ascensão das forças modernizantes do Sul Goiano - que foi amparado e, de certa forma, apropriado pelo discurso de integração nacional da Marcha para o Oeste, posterior à fundação de Goiânia: para esse discurso, a nova cidade representaria a busca da brasilidade. (ARRAIS 2013, p.153)

O processo de construção da capital teve o envolvimento de diversos agentes sociais, entre eles podemos destacar, o papel dos migrantes nordestinos, que fizeram parte do grupo responsável pela construção civil, os fazendeiros da região, que doaram e venderam terras, e o governo federal, que financiou parte significativa das obras da nova capital (Machado, 2007).

A partir das observações sobre a diversidade de maneiras de apropriação do solo metropolitano, Chaveiro (2007) aponta os conjuntos habitacionais, o papel das vias para fluxo populacional, o surgimento de multiterritorialidades, invasões de áreas periféricas, dentre outros aspectos. O autor apresenta a diferenciação entre as ocupações estabelecidas no espaço do município, entendendo que:

De certa maneira, o fato de o norte dar guarida às indústrias de maiores portes da cidade, cumpre o que estava determinado no plano urbanístico da cidade. Esses fixos de grande porte por usarem grandes áreas, criam um espaço de ocupação rarefeito. Mas isso não é único na paisagem do norte: aproveitando o baixo valor do solo urbano, uma vez que a valorização mirava-se para a faixa sul da cidade, muitos loteamentos da década de 80 e desenvolvidos atualmente são ocupados por sujeitos de renda baixa [...] Olhando panoramicamente a faixa sul da cidade é o lugar de maior adensamento ocupacional. Mais que isso: há de fato um divisor profundo entre norte e sul que estruturam o espaço de Goiânia (Chaveiro 2007, p. 55 - 56).

Ao observarmos a figura 1, podemos compreender que expansão do espaço urbano em Goiânia, teve um crescimento inicialmente para região sul da metrópole, e ao longo das décadas, o processo de conurbação com outros municípios da estremadura, foi favorecido, tanto pelo desenvolvimento econômico, quanto pela oferta de serviços e trabalho.

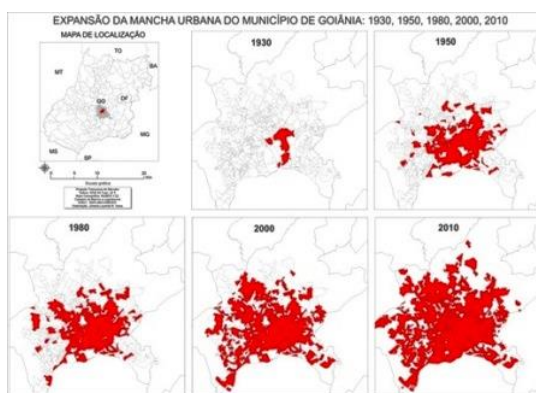


Figura 1. Expansão dos loteamentos urbanos de Goiânia: 1930, 1950, 1980, 2000 e 2010.
Fonte: Secretaria de Planejamento de Goiânia, 2010.

O processo de expansão do espaço urbano de Goiânia, assim como podemos ver na figura 1, começa na década de 1930 em direção a região sul, como era previsto no plano original da cidade, já de 1950 a 1980, se percebe um amplo crescimento ao sul e a leste, em direção ao município de Aparecida de Goiânia, tal crescimento teve influencia direta da migração, entre 2000 e 2010, já se estabelece a concentração populacional nos limites sul, sudeste e leste, e observamos um avanço frenético em direção as regiões noroeste, oeste e norte da capital, influenciadas pela elevação do valor estabelecido no espaço urbano de Goiânia.

O desenvolvimento da cidade de Palmas se difere em suas características de formação, e a partir do movimento separatista do Tocantins tem suas origens no século XVIII, na região das antigas minas do norte goiano. Ao longo dos séculos, foram desenvolvidos diversos projetos, até culminar no desmembramento do Estado do Tocantins em 1988, como afirma Cavalcante (1999, p. 01).

Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, houve uma preocupação quanto a aonde seria a capital desse Estado? Nesse contexto, três cidades tinham possibilidades para tanto, sendo elas: Araguaína, com 85% de probabilidade, Gurupi, com 10%, e Porto Nacional, com 5 %, como relata Reinaldo; Silva; Brito (2012, p. 09), os autores apontam que, no entanto, nenhuma das cidades mencionadas e nem a área que foi sobrevoada tornou-se a Capital. Planejou-se, então, uma nova cidade, que seria impulsora do desenvolvimento para todo o Estado e articulador de atividades dos vários espaços urbanos e rurais, localizada a leste do rio Tocantins, que veio a ser Palmas.

Palmas uma cidade criada e planejada com o intuito de alavancar a economia e as relações políticas com a região Centro-Sul do Brasil.

A construção de Palmas na porção leste do rio Tocantins não foi aleatória, obedeceu a certos interesses políticos e forma de desenvolver o Estado a partir de sua capital. No dia 29 de janeiro ficou definida a área entre o rio Tocantins e a serra do Lajeado para a construção da nova capital, sendo aprovada em plenária na Assembleia Constituinte em fevereiro de 1989, e publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1989, através do decreto nº 006 de 09 de fevereiro de 1989. (BRITO, 2009. p. 87).

A cidade de Palmas desenvolve-se como cidade planejada, e como afirma Lira (2011, p. 180), Palmas aparece como uma cidade nova, no contexto Latino, no Brasil ela surge como um velho/novo modelo de cidade, velho, no sentido do planejamento administrativo, novo, no sentido de ser uma capital construída pelo capital, e por ser também a mais nova fronteira do capital urbano no espaço brasileiro.

Segundo a análise de Bona e Arruda (2013) a expansão desnecessária nos limites urbanos da capital teve início na década de 1990. A questão fica entorno do por que a cidade expandiu suas periferias, quando as áreas centrais estavam ainda precariamente povoadas. Durante o processo de urbanização, o governo foi o grande detentor de imóveis na cidade e vendia por preços considerados altos para pessoas que estavam migrando para a cidade nova. Os recursos adquiridos se revertiam em benefícios para população.

No entanto os compradores estagnavam as terras, no intuito de valorizar os terrenos. Com isso, os vazios urbanos se ampliavam, ao mesmo tempo em que o valor do solo urbano se elevava, ocasionando a segregação da população menos abastada. Pode-se dizer que essa medida de exclusão forjou a sociedade segregada e a ocupação controlada de Palmas dos dias de hoje.

Análise comparativa dos dados socioeconômicos de Goiânia e Palmas

Observando os dois contextos históricos de Palmas e Goiânia, percebe-se que, ambas as cidades foram planejadas com o intuito estratégico, no que se refere às ações políticas e econômicas. Tanto Goiânia, quanto Palmas buscam sua concretização econômica no âmbito nacional, nesse ponto Goiânia apresenta uma relevância muito mais perceptível nacionalmente, sendo a cidade com o maior quantitativo demográfico da região centro-oeste como se observa na quadro 01, já Palmas tenta se destacar como potência econômica a nível regional.

A criação do Estado do Tocantins – e de sua capital – altera a estruturação da rede de Goiânia. Palmas, além de assumir a função de capital do novo estado, demonstra forte centralidade e, embora se mantenha na região de influência de Goiânia, efetivamente articula sua própria rede, na qual Araguaína divide uma região de influência com Marabá no sul do Pará, na área de Redenção, antes diretamente subordinada a Belém; e com Balsas, no sul do Maranhão, que está ligada a três centros, Imperatriz e Teresina, além de Araguaína, em padrões que evidenciam a permanência de certa fluidez naquela área. Note-se que a área de Imperatriz passa a ligar-se com São Luís, e não mais com Belém. (IBGE, 2007 p. 18-17)

Nesse sentido buscam-se correlacionar alguns aspectos socioeconômicos entre Goiânia e Palmas, apesar da diferença temporal, no que se refere à origem das cidades. Entender o desenvolvimento socioeconômico das cidades facilita na compreensão das perspectivas, do desenvolvimento urbanos de tais áreas.

As cidades oriundas da marcha para o oeste, são caracterizadas como modernas e planejadas, tais espaços são potencialmente evoluídas, devido suas áreas de proteção ambiental, conjuntos habitacionais e zonas de consumo intenso. Assim como afirma Moysés (2012, p. 35) dentre as cidades de Goiânia e Brasília, vistas como territórios isolados, possuem indicadores globais que as qualificam como cidades com ótima qualidade de vida e com alto potencial de consumo. Apesar quem em uma análise intra-metropolitana e intra-urbana, percebe-se a existência de grandes contradições socioeconômicas.

Para desenvolver a análise das cidades de Palmas e Goiânia é necessário compreender como tais cidades são relevantes para sua região e Estado. Sendo assim no quadro 01 é possível construir uma observação sobre a relevância de Goiânia pra Goiás e para a Região Metropolitana de Goiânia - RMG, pois a nível populacional segundo o IBGE a capital de Goiás apresentou em 2015 uma porcentagem de 59,22% de toda a RMG, 21,65% de toda a população do Estado e 11,42% de toda a população da Região Centro-Oeste.

Espaços Geográficos	População total em 2000	População total em 2010	População Estimada de 2015
Centro-Oeste	9.585.582	11.487.934	12.367.236
Estado de Goiás	5.003.228	6.003.788	6.523.222
RMG	1.743.297	2.173.141	2.384.560
Goiânia	1.093.007	1.302.001	1.412.364
% de Goiânia/ RMG	62,69%	59,91%	59,22%
% de Goiânia/Estado de Goiás	21,84%	21,68%	21,65%
% de Goiânia/Centro-Oeste	11,40%	11,33%	11,42%
Espaços Geográficos	População total em 2000	População total em 2010	População Estimada de 2015

Região Norte	12.911.170	15.865.678	17.472.636
Estado de Tocantins	1.157.690	1.383.445	1.515.126
Palmas	137.355	228.332	272.726
% de Palmas/Estado de Tocantins	11,86%	16,50%	18,00%
% de Palmas/Região Norte	1,06%	1,43%	1,56%

Quadro 01. População total e estimada da Região Norte, Estado de Tocantins e Palmas; Região Centro-Oeste (com exceção do DF), Estado de Goiás, RMG, Goiânia entre, 2000 e 2015.

Fonte: IBGE - Censo 2000-2010 e Estimativas Populacionais de 2015.

Analisando os quadros 01 e 02 é possível entender a relevância da cidade de Palmas para o Estado de Tocantins e para Região Norte, mesmo a cidade não apresentando um quantitativo populacional elevado, sua taxa de crescimento é extremamente alta, entre 2000 e 2015 tal taxa variou de 21,42% a 5,21% tais valores demonstram o quanto a cidade de Palmas pode crescer.

O desenvolvimento do PIB e do IDH favorece o desenvolvimento urbano de Palmas, a cidade apresenta que em alguns anos exercerá uma grande rede de integração com as cidades do Norte e Centro Oeste do Brasil, elevando assim suas taxas de produção e por sua vez ampliando a qualidade de vida na cidade.

A disparidade entre as duas capitais é visível, isso ocorre devido a diferença do desenvolvimento temporal que as duas cidades passaram, mesmo assim é relevante ressaltar que com o desenvolvimento urbano, produtivo e social, a cidade de Palmas poderá exercer uma relevância nacional em breve, pois com a expansão da nova fronteira produtiva do país o Estado de Tocantins poderá se desenvolver ainda mais, por meio do avanço estrutural do meio urbano de Palmas.

Dados secundários ²	Goiânia		Palmas	
	2000	2015	2000	2015
População total e estimada	1.093.007	1.412.364	137.355	272.726
Taxa média de crescimento populacional	1,91	1,90	21,42	5,21
PIB total (R\$ mil) **	7.934.265	30.131.330	660.330	3.923.401
IDH-M*	0,715	0,799	0,65	0,79
Densidade demográfica*	1.478,05	1.776,75	81,89	102,90
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por grupo de idade.* (%)	95,2%	96,85%	94,7%	96,4%
Rendimento médio da População*** (R\$)	664,37	2.582,22	714,58	1.319,01

Tabela 02. Dados socioeconômicos de Goiânia e Palmas entre 2000 e 2015.

Fonte: IBGE - Censo 2000-2010 e Estimativas Populacionais de 2015.

² * Dados referentes ao ano de 2010; ** Dados referentes ao ano de 2013, ***Dados referentes ao ano de 2014.

Ao observarmos os dados da quadro 02, mesmo superficialmente, percebemos que o desenvolvimento socioeconômico de Palmas é constante, mesmo apresentando uma queda de 75,6% na taxa de crescimento populacional, quando analisamos o PIB, IDH e o rendimento médio da população a cidade apresenta um bom crescimento econômico e social, o que indica um desenvolvimento positivo. Já Goiânia no que se refere ao desenvolvimento econômico, no PIB a metrópole cresceu cerca de 73,66% o que ocorreu devido o desenvolvimento no setor de serviços e industrial, o rendimento médio da população economicamente ativa, elevou cerca de 68,33%, tal crescimento amplia consideravelmente a qualidade de vida na cidade. Tendo em vista tais dados, podemos afirmar que a políticas públicas desenvolvidas em cada cidade tem papel crucial no desenvolvimento das mesmas. Na figura 02 é possível perceber o potencial de crescimento do espaço urbano em Palmas e Goiânia, podemos ver que Palmas caminha para uma avalanche de especulações imobiliárias, assim como ocorreu e ocorre em Goiânia, que se expande para além de suas fronteiras.

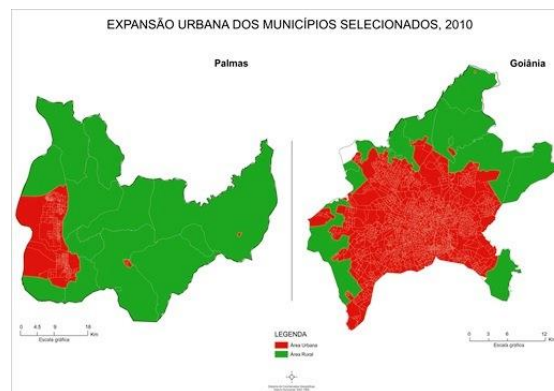


Figura 02: Mapa da área de expansão urbana dos municípios de Goiânia e Palmas, em 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

Contudo é possível esperar que Palmas se desenvolva amplamente nos próximos anos seja demograficamente, ou economicamente, tal desenvolvimento vai depender apenas de como as governanças estaduais e municipais, agiram perante as problemáticas urbanas e a aplicação de políticas pública que auxiliem o esperado potencial de crescimento. Goiânia caminha para uma ampliação indireta de suas fronteiras, o que poderá ocasionar vários problemas urbanos, principalmente nas cidades do entorno da capital, o que poderá acarretar uma centralização ainda maior na oferta de serviços, empregos e áreas comerciais, oferecidos pela metrópole.

Considerações finais

Assim apesar da análise ainda superficial sobre os dados socioeconômicos, é possível entender que mesmo Palmas uma cidade planejada, assim como Goiânia também foi, as problemáticas urbanas estarão presentes no desenvolvimento das duas cidades, problemas como especulação imobiliária, qualificação dos serviços prestados e expansão desordenada, dificuldades que já são presentes em ambas as cidades.

Portanto vários fatores levaram Palmas e Goiânia, ao crescimento socioeconômico atual, apesar da diferença de idade entre as cidades e a disparidade dos indicadores populacionais e valores econômicos. É possível perceber o quanto Palmas cresceu nos últimos 25 anos, e principalmente nos últimos dez anos. Tudo leva a acreditar, que futuramente, Palmas será uma grande metrópole, com um potencial socioeconômico relevante a nível nacional, assim como Goiânia é atualmente.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVARY, Ricardo. **Moratória para os Cerrados**. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. São Paulo, Fevereiro de 1999. Texto de internet. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Moratoria_para_os_cerrados.pdf> - acesso em: 15 de Janeiro de 2014.
- BRITO Eliseu Pereira. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do sul, 2009.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: O Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988**. Goiânia: UCG. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
- ESTEVAM, Luís. **O tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª edição. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins – A Geopolítica de (Re)Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Editora Kelps, Goiânia, 2011.

MOYSÉS, Aristides; SILVA, Eduarda Rodrigues. “**Transformações econômicas e urbanização dos cerrados: Desafios para a sustentabilidade**” MOYSÉS, Aristides (Organizador). *Cerrados brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável*. Goiânia, Ed. da PUC Goiás/ Ed. América, 2012.

REINALDO, Thaysslorranny Batista; SILVA, Adriana Lima; BRITO, Eliseu Pereira. Seria Palmas uma cidade para desorganizar a elite agrária. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 01, no 02 , p. 60-72, jan - jun, 2012.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A Produção do Território Goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BRASIL. IPEA. *Comunicados do Ipea*, n. 116. Brasília, 13 de outubro de 2011.

ARRUDA, José Carlos; BONA, Aliezer. **Palmas, Segregação Planejada**. Passo Fundo - (RS), 2013. Disponível em: [http://www.imed.edu.br/Uploads/Palmas, %20Segrega%C3%A7%C3%A3o%20Planejada.pdf](http://www.imed.edu.br/Uploads/Palmas,%20Segrega%C3%A7%C3%A3o%20Planejada.pdf)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAVEIRO. Eguimar Felício. **Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para Discussão. In: CARLOS, A.F.A. Souza, M.L. SPOSITO, M.E.B. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2010. Pág. 41 - 51.

DINIZ. Clélio Campolina. **A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

LEFEBRVE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MACHADO. Laís Aparecida. Política, Atos e Personagens: uma cidade no sertão. In. LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A metrópole entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004. V. 1, p. 17-41.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001.